

# A QUESTÃO DA RELIGIÃO E A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL

## THE ISSUE OF RELIGION AND ITALIAN IMMIGRATION IN THE RIO GRANDE DO SUL

Ricardo Cocco<sup>1</sup>

**RESUMO:** O texto procura analisar, a partir do retorno às origens do fenômeno religioso, a diferenciação do conceito de religiosidade e religião a partir das práticas religiosas no seio das comunidades italianas, reinterpretando as múltiplas funções da religião na imigração italiana em terras sulinas. A alternativa a que o texto se propõe apresentar consiste na separação do conceito de religião e religiosidade, tentando mostrar que o fator preponderante para o sucesso dos imigrantes italianos no sul obedeceu ao sentimento existencial humano de religiosidade.

**Palavras-chave:** História, Filosofia, Imigração Italiana, Religião.

### 1 A PRESENÇA DA RELIGIÃO NAS COLÔNIAS ITALIANAS NO RS

A Igreja<sup>2</sup> marcadamente contribuiu para a instauração do modelo social e econômico presente nas comunidades italianas do Rio Grande do Sul. No entanto, Ela, ao invés de conformar-se com a ordem natural do sentimento religioso do imigrante, atenta para sua manifestação espontânea numa atitude de espera, age no sentido de quase forçar a adequação deste aos seus preceitos e doutrinas encontrando lugar propício para este empreendimento.

O texto mostra a presença da religião nos vários momentos da vida privada e coletiva das comunidades italianas evidenciando como ela transforma o cotidiano e como aponta para um novo cotidiano a partir do controle da religiosidade do italiano segundo as expectativas e necessidades da própria religião.

#### 1.1 O imigrante e o mito<sup>3</sup> da religião

<sup>1</sup> Graduado em Filosofia pela FAFIMC, Pós-graduado em História pela URI – Campus de FW, Especialista em Filosofia pela UFRGS e mestre em Filosofia pela Unisinos. Professor do Curso de Filosofia da URI – Campus de Frederico Westphalen, Professor de História, Filosofia e Ensino Religioso da Escola Estadual Técnica José Cañellas e Professor do Curso Pré-Vestibular Delta.

<sup>2</sup> É usado no texto o termo Igreja, como substantivo próprio, no sentido de instituição social base controladora da religião e igreja, como nome comum, para indicar o imóvel, espaço físico de oração.

<sup>3</sup> Leitura de um problema tomada por verdade absoluta que acomoda, tranqüiliza e dá a certeza quanto à correlação dos fatos, que, no entanto, ainda são passíveis de discussão. Aqui o termo critica à insuficiente leitura unidimensional dada ao fenômeno da imigração somente a partir das representações vinculadas à

Os imigrantes italianos que se dirigiram ao Rio Grande do Sul, principalmente no final do século XIX, desenvolveram uma autonomia econômica em função da posse da terra, que, apesar de serem as mais íngremes e acidentadas terras disponíveis aos colonos, possibilitaram ao italiano um *status* de proprietários, emancipados da sujeição dos senhores italianos. Esta autonomia possibilitou o desenvolvimento de uma cultura inicialmente auto-suficiente e espontaneamente elaborada de forma livre e sem coerção externa.

A grande maioria dos indivíduos estrangeiros que se fixaram no Rio Grande provenientes da península itálica dedicava-se à agricultura, com algumas exceções de pequenos comerciantes e artesãos. As diferentes regiões de procedência dos imigrantes da Itália (visto que a idéia de nação e italianidade era recente devido ao processo de unificação) davam ao colono identidade sócio-cultural diversa, como costumes, língua e diferente receptividade da orientação católico-cristã na cultura religiosa.

Na bagagem, além de poucas roupas (sempre guardadas em baús de madeira) os imigrantes traziam uma tradição religiosa com suas práticas puritanas, obedientes e disciplinadas visto que, nem o espírito racionalista, nem mesmo a secularização do liberalismo os havia atingido significativamente em suas regiões de origem ou se atingidas já haviam sido filtradas pela Igreja.

Para uma vertente historiográfica eclesial, esta religião presente nas comunidades de imigração italiana seria o eixo organizador da experiência colonial, sendo que “a reconstituição de seus valores culturais, centrais, centralizados em torno da religião católica teria permitido ao imigrante italiano, superar as dificuldades iniciais e fazer esquecer a terra natal” (MANFROI, 2001, p.07.).

Os imigrantes do sul do país recebiam lotes rurais, na sua grande maioria, em meio à mata virgem, sujeitos a intempéries, longe dos amigos, parentes e do mundo “civilizado”. Desprotegidos pelo Estado e sob as mais variadas ameaças naturais. Segundo De Boni, o que os unia não era o sentimento de pátria, pois a Itália recém unificada implantou um Estado Moderno, para os imigrantes “pagão e subversivo”, que substituiu o papa pelo rei e deu as costas para a sua situação; nem mesmo a língua, pois cada grupo falava seu próprio dialeto, mas sim a religião. “A quase totalidade confessava-se católica, e a fé católica forneceu-lhes os subsídios indispensáveis para reiniciar, individual e coletivamente a existência” (DE BONI, 1980, p.235).

---

religião oficial, leitura que se tornou de senso comum.

Olívio Manfroi lembra da auto-organização religiosa do colono diante da improvidência estatal. Para ele a religião católica teria ocupado lugar central no processo imigratório rio-grandense. O *ethos*<sup>4</sup> católico, o padre, e a capela surgem imediatamente após a religião como elemento essencial no sucesso da imigração italiana em terras sulinas. Segundo ele, que privilegia a leitura do fenômeno da imigração a partir da influência da Igreja, “Deus, os santos, a Virgem Maria seriam a força vital para a sobrevivência dos colonos desamparados durante a viagem e nos primeiros anos de seu estabelecimento no Rio Grande do Sul” (MANFROI, 2001, p.07).

É importante, em contrapartida ressaltar, que a totalidade dos imigrantes viveu em profunda tensão religiosa numa relação de amor e disciplina, respeito e temor, na medida em que o pensamento e as práticas estão todas voltadas ao universo religioso e a ele submisso, o que ainda hoje se revela como meio orientador às práticas cotidianas. Este mito de que a religião foi sempre a grande força que guiou os imigrantes em meio às tribulações do processo imigratório continua vivo nos relatos das práticas religiosas e está calcada na tese de que “sem a religião, a colonização italiana em terras sulinas teria fracassado vilmente diante das dificuldades hercúleas com as quais se deparou” (CORTEZE, 2002, p. 61), no entanto encobre as múltiplas funções exercidas pela instituição no seio colonial.

Para exemplificar e analisar este mito é necessário perceber a presença destas práticas entre os imigrantes e a atuação da Igreja Católica com suas ordens e congregações religiosas nas regiões coloniais.

As representações de uma Igreja romanizada deixava claro a formação de uma ética puritana entre os colonos, onde a hierarquia era sagrada e a presença e participação leiga espontânea, paulatinamente desestimulada ou secundarizada. A rigidez moral forjava uma espiritualidade notadamente monacal, onde os prazeres físicos eram substituídos pelas virtudes e os méritos do trabalho, o qual interpretava a necessidade da economia colonial, ávida de braços para o trabalho, essencialmente agrícola.

A Igreja procurava criar uma identidade coletiva católica ao redor de ritos, orações e da própria instituição ao integrar o imigrante ao programa eclesial. Assim todo tipo de espiritualidade manifestava-se “na condenação de bailes, controle das conversas, não sendo tolerados assuntos referentes à sexualidade e uma rígida separação entre os sexos por ocasião das cerimônias religiosas”, onde, o “celibato e a virgindade consagrada eram fortemente valorizados” (POSSAMAI, 2004, p. 14). A moral dos

---

<sup>4</sup> Por *ethos* entendendo-se a gama de comportamentos que englobam valores e condutas humanas.

italianos foi rigidamente controlada e a sexualidade asfixiada no que se refere ao namoro, casamento e negócios.

A catequização renovou sempre mais seus esforços para evitar a desagregação da comunidade sempre reafirmando as verdades divinas em detrimento das vontades individuais, onde a monopolização na interpretação das escrituras e dos dogmas que traduzir-se-iam em orientações práticas fortemente controlados por um bem montado aparelho de coerção composto por escolas, imprensa e intervenção política com base nos conceitos de culpa, medo e pecado frente à incógnita e misteriosa existência e a própria sobrevivência. “Para a consolidação e a manutenção destas estruturas, montou-se todo um esquema, que ia desde a capela e a paróquia, até as escolas religiosas, o jornal católico, as missões populares, as aulas de catecismo e a severa vigilância exercida pelo confessorário” (DE BONI, 1980, p.242).

O trabalho institucional eficaz realizado pela Igreja pode ser explicado pelo estado de privação que tal povo sofria e pelo fato da inexistência de algo que os consolasse em meio à floresta. As mudanças e transformações ocorridas nos grandes centros urbanos não alcançavam as colônias, que, engessadas nos dogmas e preceitos religiosos, mantinham-se aliciadas, por vezes ingenuamente, numa fé elaborada a partir de um projeto católico, necessário para a própria perpetuação da Igreja em terras sulinas.

O medo do desconhecido assolava em inúmeros momentos o imigrante. Eram comuns os relatos de “*ciarêti*”, ou luzes noturnas tidas como manifestações de almas penadas ou espíritos vagantes. Os imigrantes italianos constantemente rezavam pelos falecidos ou visitavam os seus túmulos tendo presente a preocupação de que os mortos, por vontade divina, poderiam aparecer. “A crença de que os espíritos apareciam à noite era muito forte. Por isso, as mães, durante a quarentena (quarenta dias após o parto, dieta), não saíam do quarto após o toque da Ave Maria, às dezoito horas” (BATTISTEL, 1981, p. 603).

## **1.2 A oração, a Família e a Escola**

O apelo à oração criava um clima de tranquilidade e suposta proteção frente à ameaça do desconhecido. Este instrumento era freqüentemente usado para a manutenção do controle da religião entre os fiéis.

A oração era parte integrante do dia-a-dia da família do imigrante. Pela manhã, o mínimo que se rezava era o sinal da cruz, a oração do santo Anjo da Guarda e as três Ave-Marias. Quando as orações se prolongavam, para não perder tempo, muitos rezavam enquanto tratavam os animais. À noite, quase todas as famílias reuniam-se para rezar o terço. “Muitos anciãos recordam com saudade as orações aprendidas ‘*in tea cúcia*’, no berço, junto à mãe e maldizem a TV que não permitia as crianças rezarem” (BATTISTEL 1981 , p. 602).

Amaldiçoar a TV e recordar com saudade as orações aprendidas nos remete à intenção da religião de fechamento em si mesma e nos seus preceitos sem que estes possam ser interrogados ou expostos à críticas. Para a manutenção da estrutura é necessário fixar a atenção dos fiéis às insubstituíveis práticas tradicionais que atestam para a infabilidade da doutrina.

Sem dúvida nenhuma a experiência de vida familiar é um legado da etnia italiana à cultura rio-grandense. Isto se dava também pelo fato de a Igreja incentivar a alta taxa de natalidade das comunidades italianas em função de que as atividades econômicas eram desempenhadas pela mão-de-obra familiar e as tarefas divididas de acordo com o sexo e a idade dos membros da família. “Quanto maior o número de filhos, maior a força de trabalho disponível” (POSSAMAI, 2004,p. 14).

Esta postura era legitimada a partir da idéia de que os filhos seriam uma “benção de Deus”. As famílias italianas desconheciam a limitação da natalidade. No entanto, enquanto aumentava a mão-de-obra familiar aumentava o risco da excessiva fragmentação da propriedade. “A vocação religiosa era uma estratégia para diminuir o número de herdeiros” (POSSAMAI, 2004, p. 14). Uma vocação na família é como se pudessem sentir-se redimidos de todas as culpas e pecados. No entanto, muitos viam no sacerdócio ou na vocação religiosa a possibilidade de ascensão social e ingresso na vida intelectual.

A família era notadamente patriarcal sugerindo uma proximidade à hierarquia eclesiástica. O poder administrativo e decisório estava centrado na figura do marido, enquanto a mulher era a responsável pelo lar, pela criação e educação dos filhos e auxiliar na lavoura. As mulheres deveriam suportar todos os problemas conjugais para a manutenção a qualquer custo da estrutura familiar. O casamento monogâmico era indissolúvel, mesmo que eventualmente viesse a desagradar um dos cônjuges ou fosse arranjado por conveniência. “É inadmissível alguém se separar da esposa. O desquitado e o amassado são isolados dos grupos comunitários” (MARQUES, 2001, p. 619).

Os namoros seguiam os preceitos religiosos da pureza e castidade, onde o trabalho, a honestidade e a propriedade eram muito valorizados. O comportamento, principalmente das filhas era vigiado de perto pelos pais, pela comunidade e avalizado pela Igreja que pregava a importância sagrada da virgindade e do silêncio em relação a temas afetivos e sexuais tidos como pecaminosos. “Alguns casais, depois do casamento, percebiam que havia entre eles tais problemas e incompatibilidades que, se soubessem disso antes, não teriam casado. Mas ponderavam: ‘Nós casamos diante do padre, diante de Deus e o fizemos para sempre’” (BATTISTEL, 1983, p. 605).

A liberdade individual era cerceada em função de um controle religioso sobre a instituição familiar. Por mais que situações parecessem desagradáveis aos nubentes, o respeito à ordem divina e o temor do pecado e da exclusão no meio social pela reprovação da comunidade, mantinha a qualquer custo a instituição social do casamento como uma instituição divina.

Falar em temas sexuais era pecaminoso. Até mesmo as moças que estavam para casar, muitas vezes, desconheciam as explicações sobre o nascimento dos filhos ou relações sexuais. Notadamente pode-se perceber uma moral rígida e intransigente que revela uma religião essencialmente puritana que substituíra o prazer pelo sacrifício, a mundaneidade pela espiritualidade e a existência pela transcendência divina.

A distância entre os namorados era religiosamente respeitada, salvo alguns casos. Muitos pais nem mesmo permitiam o dar-se as mãos e o beijo era considerado, por muitos, pecado. “Uma moça séria não permitia tais intimidades” (BATTISTEL, 1983, p. 603). “Onde há o verdadeiro amor, não se precisa segurá-lo” (MARQUES, 2001, p. 617), diziam alguns pais.

Uma semana antes de pedir a Domingos Battistel a sua filha em casamento, Valente assegurou a seu companheiro José Cappellaro, que no próximo domingo abraçaria sua namorada. (depois de dois anos de namoro – 1979). O José duvidou e por isso apostaram uma cerveja. Ao chegar na casa de Rosinha (Rosinha Battistel Stella), Valente (Valentim Ceratto), pôs a mão sobre o seu ombro. A Rosinha ficou tão indignada, que no domingo seguinte não o recebeu mais e mandou-o embora. Ela confessou que gostava dele, mas por causa daquilo, não o quis mais. ‘Onde já se viu um rapaz se atrever a pôr a mão sobre meu ombro’, disse Rosinha indignada (BATTISTEL, 1981, p. 603).

“Se por ventura uma filha caísse em ‘erro’, sua família ficaria desonrada” (BATTISTEL, 1981, p. 603). Percebe-se que o conceito de “erro”, enquanto “descaminho, falha, pecado” refere-se a uma simples e mais íntima relação com o

parceiro e que, pelo controle mantido pela religião sobre tais relacionamentos e que a própria comunidade, em função deste puritanismo, repudiava, tornava-se objeto de calúnias e difamações. Aqui é notório o elevado nível de influência e coação que a Igreja mantinha sobre seus comandados. A afetividade, em tudo o que ela diz respeito, é uma mescla de respeito e temor.

Uma das preocupações presentes na comunidade italiana quanto aos valores pessoais era a honestidade. O roubo era uma prática condenável e ao praticante recairiam as desgraças da reprovação social da desconfiança, mesmo sem necessidade de cadeia para punição. O ladrão era malquisto e ridicularizado por todos. O meio social é termômetro de controle sobre a idoneidade ou delinqüência do indivíduo.

O bom conceito da educação gaúcha não deixa de encontrar nas regiões de colonização italiana seu *locus* referencial. No entanto as escolas, no início da colonização, eram instituições raras. A imagem de um imigrante supostamente familiarizado com a cultura letrada e que seria o responsável primeiro pela projeção do Estado como um dos mais cultos do país povoa o imaginário comum e das mais generosas interpretações da história da imigração.

A instrução escolar dos filhos não era preocupação primeira dos colonos italianos. O planejamento familiar obedecia a necessidade da estrutura econômica de subsistência a qual utilizava o braço familiar como força de trabalho. A liberdade e a fortuna (*cucagna*) tão almejada pelo colono italiano estava intimamente ligada à propriedade da terra e à agricultura familiar de subsistência. Neste panorama a escola tornava-se preocupação secundária no sentido de que desviaria mão-de-obra de um elemento da família durante algum período do dia.

A escola, nesse esquema produtivo, apresentava mais desvantagens do que vantagens: retirava, parte do dia, braços produtivos da lavoura e adicionava gastos novos ao parco orçamento familiar. É claro que fazer contas, ler e escrever eram recursos desejados e buscados pelos colonos, mas apenas na medida em que satisfizessem suas restritas necessidades de troca, sobretudo, comerciais (GIOLO, 2002, p. 135).

A escola e o professor não são exigências dos colonos italianos como o são o padre e a igreja. A educação familiar e a educação escolar obedeciam rígidos padrões de comportamento e utilizavam variados instrumentos de castigos aos infratores. O aprendizado pelo medo e cooptação eram legitimados também através de um conceito religioso: a figura de um Deus severo e castigador que não admitia desvios de conduta.

Esta imagem divina controladora e paternalista colaborou para a solidificação da autoridade da Igreja e de sua doutrina religiosa comum e homogenia. A efetiva implementação das determinações da Igreja quanto à educação eram garantidas tanto pelas escolas religiosas, que “apesar de vender a imagem de que sua atividade educacional destinava-se à sociedade como um todo, de fato, ocupou-se principalmente com a educação da elite social” (GIOLO, 2002, p. 166), pelos padres que pregavam a obediência indiscutível e incondicional aos preceitos da Igreja e que sugerem uma multiplicidade de funções sociais e econômicas, além das religiosas.

### **1.3 O centro de referência do sagrado: a capela**

A esfera do sagrado atua na sociedade na medida em que ao redor dele passam a girar não só a vida religiosa mas também a vida social. Neste sentido o sistema de capelas adotado pelos colonos italianos atesta para a origem de muitos grupos sociais e para a formação de núcleos autônomos a partir das necessidades de uma sociedade de pequenos proprietários livres.

Num ambiente onde o ponto de referência é o sagrado, a capela sempre teve prioridade sobre qualquer outra atividade societária. Maiores e melhores do que qualquer residência particular, as capelas acenavam para a superioridade do poder divino frente à insignificância da “pecaminosa” vontade humana. “O controle da moral e da fé dá-se de sobremaneira neste ambiente de capela. Esta funciona como uma vitrine do comportamento social, pois nela as pessoas podiam ver e serem vistas. A partir dela os sacerdotes ditavam as normas de conduta e a sociedade se auto-regulava” (BENEDUZI, 2001, p. 687).

Thales Azevedo analisa a função da capela: “a capela funciona como centro de recreação e reunião no pavilhão anexo”, ao redor dela surgiu a bodega, o salão de festas, a cancha de bocha, o cemitério, a escola, “a capela é ainda como o órgão dominador dos instrumentos de controle social, da moralidade, da cooperação e da atribuição de status” (AZEVEDO, 1994, p. 182). Arlindo Battistel, desta forma, compreende a presença da capela entre os imigrantes como resultado da fé firme e simples dos antepassados que construíram seus templos para rezar e posteriormente agrupavam-se à ela a vida social. “Construíram Igrejas espaçosas e bonitas por acharem que assim melhor louvariam à Deus (...) ‘*Al Signore se ghê dá el méio che se pol*’, a Deus dá-se o melhor possível” (BATTISTEL, 1983, p.608).



A capela era o centro e o ponto principal do núcleo colonial. Além disso, se perpetuam nas vilas e propriedades particulares, ao longo das estradas ou em encruzilhadas os “capitéis”, que testemunham a religiosidade e a frequência dos cultos familiares do italiano. Eram erigidos, muitas vezes, pelo fato de testemunho de uma graça alcançada ou dedicados à um santo da devoção.

Na bagagem, os italianos traziam consigo quadros e imagens de santos, que serviriam depois como sugestões dos padroeiros das capelas, livros devocionais e catecismos. Este era igual para todos e consistia num conjunto de perguntas e respostas que deveriam ser aprendidos de cor. Era questão de honra para as mães que seus filhos soubessem todos os dogmas e preceitos da Igreja. A decoreba exigia rapidez e continuidade o que induzia à automação da oração, ausente de reflexão e inquestionável.

O catecismo, como guardião das verdades da fé (crença), deveria ser aprendido e praticado. “Quem fosse fiel iria para o céu, o pecador para o inferno eternamente, onde havia fogo e demônios com chifres, rabo, forçados para torturar os condenados” (BATTISTEL, 1983, p.618). A imagem de um castigo eterno, frente à insegurança do evento da morte criava um clima de intranquilidade e obediência. As orações não eram valorizadas pela criatividade, pois raramente modificavam-se, mas pela quantidade. As verdades da fé e as orações cada um se empenhava em reza-las quanto mais vezes, melhor. “Quanto mais se repetiam as orações, mais santo se ficava” (BATTISTEL, 1983, p.617). Mesmo sem estar presente o significado, a quantidade era o que importava e em todos os momentos do dia e da vida. “Havia orações para todo momento; pela manhã, para a noite, para a hora das refeições. À noite, mesmo cansados, rezavam o terço, de joelho no chão, encostados nos bancos, ao lado da mesa (...) alguns vencidos pelo cansaço mal balbuciavam.” (ZERO HORA, encarte nº11, 10/09/98, p.174). Não se poderia receber a primeira comunhão ou mesmo casar sem ter aprendido o catecismo.

Nas comunidades, tinha conotação “profana” tudo aquilo que se desviava dos padrões instituídos de comportamento. Nesse sentido, a secularização e o ar da cidade sempre foram, de uma maneira geral, desaconselhados pela Igreja e uma opção descartada aos imigrantes, pois as novas idéias poderiam corromper as antigas tradições assumindo caráter laicizante e ritualístico, visível aproximação do “abominável” protestantismo. A Igreja não pôde evitar, porém, a entrada de aparelhos eletrônicos nos lares dos colonos e mais tarde aliou-se a eles, deflagrando campanha contra outros veículos não-católicos. No entanto, o modo de pensar tradicional, elaborado pelo único e exclusivo sistema de referência até então, o religioso entra em crise.

A escola leiga, pública e gratuita generalizou-se nas colônias italianas após a proclamação da República (1889) e o positivismo<sup>5</sup> no Rio Grande do Sul é elemento urbanizador. Se, no início da colonização, a escola era resultado de uma experiência cultural interna nas colônias com seus “intelectuais orgânicos”, integrada harmonicamente com as necessidades da colonização, agora, as escolas da cidade, bem como seus professores, que de uma maneira geral, desconhecem a realidade rural, refletem uma cultura citadina, que desvaloriza os antigos intentos da comunidade interiorana, seus costumes e tradições.

Esta estrutura escolar urbanizadora é muito criticada pelos historiadores da imigração como Battistel por compreender que “a escola não interessaria à qualidade de vida, nem a consciência da autonomia de experiências culturais” (BATTISTEL, 1983, p. 614) e que o anseio dos jovens em migrar para as cidades em busca de empregos e status seria transformado na mais tenra dependência do sistema sócio-econômico urbano e dos “*signôri*” (patrões) que tanto eram amaldiçoados pelos primeiros imigrantes.

A discussão em torno da presença da Igreja nas colônias italianas consiste freqüentemente na valorização da instituição Igreja e do seu caráter étnico-religioso e esvazia-se a interpretação dela como instância de dinâmica social e histórica e de organização do conjunto dos imigrantes e, pelo seu esforço, por uma organização religiosa/social dos colonos.

A religião norteava a vida moral das comunidades italianas. É, portanto, uma religião de caráter cultural, pois os valores religiosos e sua expressão normativa tendem a se identificar com os da sociedade. Dava a impressão de que fora da religião não havia outra forma de vida social.

Nos primórdios da colonização, marcado pelas lutas pela sobrevivência, em processo de organização e disputas, onde a autoridade não havia se constituído entre os grupos de emigrados, a Igreja esteve ausente. A suficiência da Igreja na explicação do sucesso do processo imigratório deve ser relativizado e reinterpretado. Por mais que, na despedida da terra natal fosse realizada uma missa para a despedida, este desraizamento certamente não se reduz a este ato solene. As despedidas eram marcadas por inúmeros outros sentimentos e expectativas além do simples aspecto religioso.

---

<sup>5</sup> Diretriz filosófica adotada pelo governo gaúcho segundo a qual a ciência e a técnica positiva deve ser exaltada em nome do progresso e dos benefícios da industrialização marcada pela sacralização do método científico.

As cartas e depoimentos dos primeiros colonos registram a preocupação universal com a segurança das malas, com a saúde durante a viagem, o preço e a fertilidade da terra, com as plantas úteis, etc., e não com a presença ou ausência de sacerdotes, ainda que eles surjam citados aqui e ali em alguma documentação.

#### **1.4 O fenômeno do Padre-leigo como revelação autêntica da religiosidade do imigrante italiano**

A presença dos clérigos nas colônias italianas era fenômeno raro na gênese da imigração, tanto que as colônias foram divididas em extensas paróquias nas quais tornava-se impossível o desempenho eficaz do ministério sacerdotal aos poucos exemplares responsáveis.

Os colonos passariam longos anos desassistidos pela Igreja Católica. Este elemento pode explicar a espontaneidade inicial do fenômeno religioso nas comunidades italianas, interrompido pela introdução dos religiosos europeus no Rio Grande do Sul, promotores de uma religião romanizada, a fim de garantir sua perpetuação em terras sulinas através da orientação do sentimento religioso do imigrante segundo as premissas catequéticas de sua doutrina.

A cultura religiosa do italiano é marcada pelo que se vê e o que se ouve, pois nas solenidades se fazia questão de grandes eventos, mesmo se as bênçãos, as missas, e o próprio rosário fossem rezados em latim, língua que o povo nada entendia. A não compreensão das palavras contribuía para dar um espírito “mágico” aos ritos, cuja eficácia reside, em grande parte, no sentido oculto e misterioso dos componentes do ritual.

Ao chegarem nas terras que lhes foram destinadas no estado, os imigrantes imediatamente abriam clareiras no mato e reuniam-se para rezar, construindo seus capitéis e, posteriormente, suas capelas. A ausência de um sacerdote “especializado” nas colônias fez manifestar, no seio da comunidade, um elemento próprio da cultura religiosa italiana em terras gaúchas, a figura do “Padre Leigo”, que, no início eram:

(...) imigrantes católicos que tinham certa instrução religiosa, conheciam orações, cantos sacros e, por isso, passaram a coordenar ou executar certas cerimônias religiosas” (BATTISTEL, 1983, p. 620), “presidir a récita solene do terço nos dias festivos, organizar a catequese das crianças, zelar pela capela, rezar as orações fúnebres nas exéquias, batizar os recém-nascidos, dirigir a parte propriamente religiosa da festa do padroeiro, abençoar os

doentes e as colheitas e, dependendo um pouco da própria imaginação, até ‘rezar’ a missa nos domingos (DE BONI, 1980, p. 236).

Este elemento que respeitava o revelar do sentimento religioso do imigrante, desvela-se a partir da necessidade espontânea deste ao expressar a sua fé e seu sentimento de afeição ao sagrado. Ele agia no sentido de coordenação dos encontros comunitários, sempre que houvesse necessidade. Eram criativos e autônomos e chegavam a tal função pela maturidade pessoal espontânea na fé e no serviço aos irmãos e não por instituição de força desconhecida divina externa. Não podemos entender a figura do padre leigo separado ou fora do contexto social e religioso existencialmente vivenciado pelo imigrante.

De maneira nenhuma o Padre Leigo pode ser considerado como um “quebragalho” em virtude da ausência de um padre instituído, mas um legítimo resultado da organização mútua da comunidade a partir da acolhida da manifestação do sentimento religioso latente ao indivíduo, que espontaneamente responde aos apelos do ser religioso sem o (de)formar em estruturas que provocam este sentimento a se apresentar ao agrado institucional.

É preciso compreender também a multifuncionalidade dos sacerdotes, que para Battistel “fizeram um grande trabalho entre os italianos por terem uma cultura bem superior à dos agricultores, por serem bem aceitos pelo povo, por terem fé inabalável, extraordinária disponibilidade, espírito de abnegação sem par, bem como um espírito empreendedor sem igual” (BATTISTEL, 1983, p. 625).

No entanto esta figura sacerdotal deve ser redimensionada e desmistificada. É passível de aceitação que o clero, dentre os imigrantes, desempenhou um papel fundamental, a partir de 1896 com a chegada dos padres capuchinhos e carlistas. No entanto, também eles estavam em função de uma estrutura de direcionamento e exploração da religiosidade do colono para a elaboração de um sistema de normas e preceitos que lhes garantiu a sustentação e vitalidade necessárias à sua perpetuação. O padre não se adequou ao sentimento religioso do imigrante, mas o forjou, elaborou-o sistematizando-o e enclausurando-o dentro de conceitos e preceitos.

“O padre é o mais poderoso elemento de ordem, moralidade e estabilidade para os colonos” (AZEVEDO, 1994, p. 182). Ele era instrumento regulador e sistematizador da essência do projeto da Igreja para a imigração italiana. Ele agia no sentido de

aglutinar homoganeamente a religiosidade do imigrante e a materializá-la artificialmente em conceitos e rituais engessados e fechados à espontaneidade.

A religião “servia como meio de interpretação de mundo, mediava as relações sociais, cimentava a disciplina social” (CORTEZE, 2002. p. 61). A Igreja estava voltada à formação de consciências obedientes, e para isso serviu-se de instrumentos de controle social, da moralidade e da atribuição de *status*, destacando a força do poder divino sobre a comunidade reforçando seu caráter disciplinador. A cada momento da vida havia algo relacionado com a Igreja, numa estratégia tecnológica de cooptação. Ela apontava modelos a serem seguidos pela coletividade, os quais deveriam ser observados pelos fiéis a fim de receberem a recompensa divina, caso contrário sofreriam com a “danação eterna”. Era uma estrutura repressora que usava o medo do incontrolável como forma de coerção.

## **2 A QUESTÃO DA RELIGIÃO: OS CONCEITOS DE RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE**

A presença da Igreja em meio aos imigrantes pode ser notada em todos os momentos da vida e nas práticas cotidianas das comunidades. O universo colonial estava voltado para o religioso e o sagrado. Esta incidência abre uma discussão acerca do papel da Igreja na imigração italiana que deve ser reinterpretado através da análise do movimento religioso enquanto sentimento religioso que neste contexto se fez perceber.

A alternativa a que o texto se propõe apresentar consiste na separação do conceito de religião e religiosidade, tentando mostrar que o fator preponderante para o sucesso dos imigrantes italianos no sul obedeceu ao sentimento humano de religiosidade enquanto sentimento de transcendência no universo da possibilidade no já dado no mundo, que não é nada de religião.

O sentimento religioso é resultado do modo como o indivíduo ou a coletividade acolhe o fato da existência, lançado ao mundo sem saber o porquê e da condição de inospitalidade e angústia em relação ao mundo e às condições a que o homem é posto. Desenvolve-se no homem enquanto dimensão possível da existência e nele se faz manifestação e projeto. A religião é, no entanto, aplicação de técnica que explora e utiliza as forças da religiosidade, a qual é provocada e interpelada a mostrar-se como conjunto de informações possível de ser calculada, sistematizada e controlada. Perde-se

a essência humana, enquanto condição de existência, em virtude de uma integração e docilidade a um projeto técnico de controle

O que funda a religiosidade é a existência. O fenômeno religioso é enquanto manifestação do ser religioso no humano e se exprime em atividade pública ou individual perante uma consciência que está no mundo e se faz humana. A essência da religiosidade não é nada de religião.

A religião é aplicação de técnica que explora e utiliza as forças da religiosidade que é provocada e interpelada a mostrar-se como conjunto de informações possível de ser calculada, sistematizada e controlada.

A religião é, também, um revelar, um trazer à presença o que se oculta. Traz o ser à luz, conduz algo a se manifestar pondo-o sob determinado aspecto. No entanto, a religião moderna não se conjuga harmonicamente com a totalidade do ser da religiosidade de forma a deixá-la aparecer como ela é, mas arranca dela as condições de sua própria perpetuação ao custo de uma contínua agressão. Ela descobre o fenômeno religioso enquanto recurso a ser utilizado e continuamente reutilizado, transformado, administrado e manipulado num ciclo supostamente infinito no qual se instala a devastação do sentimento existencial religioso agora fixado como simples fonte de saber encomendada para fins diversos. A religiosidade é desafiada a mostrar-se como fundo de reserva e provocada a permanecer indefinidamente disponível a qualquer agenciamento da religião.

A religião institucional mostra e revela a religiosidade somente naquilo que pode ser controlado, direcionado, manipulado, conservado e a postos para ser renovadamente utilizados. A religião, em diversas situações, parece não ser um levar harmônico que traz à luz o que se apresenta essencialmente no ser humano, mas um conjunto organizado de técnicas modernas e saberes que desafia o sentimento humano religioso a mostrar-se dentro de um enquadramento institucional pré-fixado/dogmatizado sempre desafiado a permanecer disponível para os mais variados fins. A religião extrai dos fiéis o que a ela pode ser comensurável e controlável e não permite a manifestação autêntica e existencial da religiosidade do ser humano.

Religião é algo feito pelo homem, mas perdemos a liberdade em relação a ele. O homem deixa de ter um olhar livre sobre as coisas, o que não as deixa ser como elas realmente são em sua essência. A própria religião (conjunto de operações que põe o homem no caminho do desvelar que desvenda o fenômeno religioso como

encomendado) empurra o homem a se colocar a serviço dela. O homem se torna funcionário da religião, é manipulado por ela.

O perigo que advém deste processo é a possibilidade de que o próprio homem torne-se fundo de reserva e objeto de manipulação religiosa e que sua essência humana esteja em constante exposição à supremacia da essência da religião. Isto não implica nem requer a supressão da religião, o que seria um absurdo, mas chama a atenção para a possibilidade de uma relação mais livre com ela, no sentido de preservar o instante em que as pessoas e as coisas podem aparecer sem que estejam enclausuradas em esquemas doutrinários ou sejam obedientes aos apelos e requisições da religião que, muitas vezes, irreleva a condição humana e seus modos de ser no mundo enquanto existência.

A religião não deixa a religiosidade ser de modo autêntico e não obedece aos seus apelos, mas usa-a como matéria-prima para os seus agenciamentos e extrai de sua manifestação o que lhe basta. A religiosidade que se mostra espontaneamente, torna-se objeto disponível para os mandos da religião.

Esta diferenciação da religiosidade como manifestação da existência humana e da essência da religião como força e momento que a conduz e a manipula indica uma perspectiva pluridimensional de reinterpretação das múltiplas funções da Igreja dentre as comunidades dos imigrantes italianos no estado do Rio grande do Sul.

Não se exclui o papel relevante da religião como sustentação da tradição imigrante, pois seria mera futurologia imaginar os rumos do fenômeno da imigração italiana em terras sulinas sem as marcas da Igreja. No entanto, a forma como ela agiu no interior do processo e suas múltiplas funções além da religiosa deve ser relativizada e reinterpretada à luz do projeto de colonização e manutenção da instituição.

***ABSTRACT:** Departing from the origins of the religious phenomenon, the text seeks to analyze the differentiation between the concept of religiosity and religion in the context provided by the religious practices in the core o Italian communities. Analysis reinterprets the multiple functions of the religion in Italian immigration in southern lands. The alternative text proposes to present consists in the separation of the religion concept from the religiosity one, trying to show that the preponderant factor for the success of the Italian immigrants in southern lands is connected to he existential human feeling of religiosity.*

***Keywords:** History. Philosophy. Italian immigration. Religion.*

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Thales. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Cadernos de Pesquisa. Caxias do Sul: Educus, 1994.
- BATTISTEL, Arlindo Itacir. **Colônia Italiana: religião e costumes**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1981.
- BENEDUZI, Luís Fernando. Nem Jerusalém nem Sodoma: A vivência da religião nas comunidades italianas da Serra gaúcha nos inícios do século XX. In: SULIANI, Antônio (Org). **Etnias e Carisma**: poliantéia em homenagem à Rovílio Costa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. P. 683 – 697.
- BUZZI, Arcângelo R. **Introdução ao Pensar**: o ser, o conhecimento, a linguagem. Petrópolis: Vozes, 2000
- CORTEZE, Dilse Piccin. História, historiografia e mito da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875 – 1914). Semina: **Cadernos do Pós-Graduação em História**/ Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, vol 1, nº 2, p. 59 – 65, 2002.
- CRITELLI, Dulce Maria. **Analítica do Sentido**: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. São Paulo: EDUC – Brasiliense, 1996.
- DE BONI, Luis A. **O catolicismo da imigração: do triunfo à crise**. In.: DACANAL, José A. e GONZAGA, Sergius. RS: imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- GIOLO, Jaime. **Os imigrantes e a educação**. In.: Raízes italianas do Rio Grande do Sul – 1875-1997. Mário Maestri e florence Carboni (org). Passo Fundo: UPF, 2002.
- MANFROI, Olívio. **A colonização Italiana No Rio Grande do Sul**: Implicações econômicas, políticas e culturais. 2. Ed. Porto Alegre: EST, 2001.
- MARQUES, Juracy Cunegatto. **Relações interpessoais na família: o legado da colonização italiana**. In.: SULIANI, Antônio (org). Etnias e carisma: poliantéia em homenagem à Rovílio Costa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- POSSAMAI, Paulo César. Imigração Italiana no RS. **Correio Riograndense**. Caxias do Sul: 19 de maio 2004. Encarte em comemoração aos 128 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul., páginas 11 a 22.
- ZERO HORA. **História Ilustrada do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: JÁ editores, 10/09/98, encarte nº11, p. 161-176.